

BOLETIM INFORMATIVO

Desenvolve UFJ

Nº 07

DEZEMBRO/2025

Implementação da Consulta Pública no SEI - UFJ

A Universidade Federal de Jataí (UFJ) está em fase de disponibilização da Pesquisa Pública do SEI ao público externo (módulo de consulta pública).

Essa ferramenta permitirá que qualquer cidadão consulte processos classificados como "Públicos", sem necessidade de cadastro ou solicitação prévia. Por isso, é fundamental que todos os usuários entendam como classificar corretamente os documentos no SEI.

A classificação adequada garante que informações públicas fiquem acessíveis e que dados protegidos permaneçam seguros, em observância à Lei de Acesso à Informação (LAI), à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais normas aplicáveis.

Lei de Acesso à Informação - LAI

A Constituição Federal de 1988 garante a todos o direito de acessar informações produzidas ou guardadas pelo poder público, abrangendo dados de interesse particular, coletivo ou geral.

Para regulamentar esse direito constitucional, foi publicada a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que estabelece os procedimentos necessários para assegurar a transparência da atuação administrativa. Conforme dispõe a legislação, órgãos e entidades públicas devem divulgar, de forma espontânea e independentemente de solicitação, informações de interesse coletivo ou geral em seus sites oficiais.

A regra principal é que as informações mantidas pelo poder público são públicas, sendo o sigilo uma exceção aplicável apenas nos casos previstos em lei. Assim, toda informação sob a guarda do Estado deve ser acessível, e os procedimentos legais devem assegurar o exercício do direito fundamental de acesso à informação, sempre em conformidade com os princípios que regem a administração pública.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive em meios digitais, por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa.

Nos termos da LGPD, dado pessoal é toda informação relacionada a uma pessoa que permita sua identificação, direta ou indiretamente. Isso inclui dados como nome, RG, CPF, gênero, local e data de nascimento, e-mail, número de telefone, entre outros.

A lei também prevê proteção especial para dados pessoais sensíveis, tais como: informações sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical ou a organizações, bem como dados referentes à saúde, vida sexual, características genéticas ou biométricas.

A LGPD foi criada para proteger o direito das pessoas sobre seus próprios dados, garantindo que tenham conhecimento das informações que estão sendo tratadas e poder para definir de que forma esses dados poderão ser utilizados.

Níveis de Acesso

As categorias de nível de acesso disponibilizadas pelo SEI são:

Público

processos e documentos assinados, disponíveis para visualização do conteúdo por qualquer usuário, inclusive o público externo

Restrito

processos e documentos acessíveis apenas aos usuários das unidades pelas quais o processo tramitar, com conteúdo indisponível para consulta externa

Sigiloso

processos e documentos acessíveis exclusivamente a usuários com permissão específica.

Hipóteses legais de restrição de acesso

A restrição de acesso a um documento somente deve ocorrer quando houver previsão legal. Por essa razão, ao classificar um documento, é necessário verificar se ele se enquadra em alguma das hipóteses estabelecidas em lei. Entre as situações que justificam a restrição de acesso, destacam-se:

- Informações Pessoais (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011 e Lei nº 13.709/2018);
- Documento Preparatório (Art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527/2011);
- Informações Bancárias (Art. 1º da LC nº 105/2021);
- Controle Interno (Art. 26, §3º da Lei nº 10.180/2001);
- Investigação de Responsabilidade do Servidor (Art. 150 da Lei nº 8.112/1990);
- Protocolo - pendente análise de restrição de acesso (Art. 6º, III, da Lei nº 12.527/2011);
- Segredo de Justiça no Processo Civil (Art. 87 do Código de Processo Civil);
- Segredo de Justiça no Processo Penal (Art. 201, § 6º do Código de Processo Penal);
- Direito Autoral (Art. 24, III da Lei nº 9.610/1998); e
- Sigilo do Inquérito Policial (Art. 20 do Código de Processo Penal).

A correta aplicação dos níveis “Público”, “Restrito” ou “Sigiloso” é responsabilidade de todos os usuários do SEI.

Os níveis restritos devem ser aplicados apenas quando o documento contiver informações pessoais, dados pessoais sensíveis ou estiver enquadrado em hipóteses legais de sigilo. O uso indevido pode comprometer a transparência ou expor informações que devem ser protegidas.

A conscientização dos usuários sobre a assertividade e responsabilidade na classificação dos níveis de acesso no SEI é imprescindível. Torna-se necessário fortalecer uma cultura de gestão documental baseada no tratamento adequado das informações, especialmente daquelas que demandam restrição de acesso.

Promover uma gestão responsável das informações no SEI é essencial para assegurar transparência, segurança e conformidade com a LAI, a LGPD e demais normas aplicáveis.



Mais informações: <https://ufj.edu.br/auditoria-interna/>



Cursos disponíveis sobre o tema

As Escolas de Governo disponibilizam cursos gratuitos que contribuem para o aperfeiçoamento das competências relacionadas à gestão da informação, à transparência, à proteção de dados e a demais temas pertinentes à administração pública.

CONFIRA A SEGUIR ALGUNS CURSOS DISPONÍVEIS:

CURSO

SEI! USAR 4.0

Carga Horária: 25 horas

Acesse:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1052>

CURSO

Acesso à Informação

Carga Horária: 20 horas

Acesse:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/76>

CURSO

Proteção de Dados Pessoais no Setor Público

Carga Horária: 15 horas

Acesse:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/290>

CURSO

Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais

Carga Horária: 10 horas

Acesse:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/153>

CURSO

Lei de Acesso à Informação

Carga Horária: 12 horas

Acesse:

<https://saberes.senado.leg.br/>

CURSO

Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção Dados: Classificação da Informação*Carga Horária: 04 horas*

Acesse:
<https://contas.tcu.gov.br/>

CURSO

Gênero e Interseccionalidade - Fundamentos*Carga Horária: 06 horas*

Acesse:
<https://contas.tcu.gov.br/>

CURSO

Integridade, Transparência e Accountability Pública*Carga Horária: 25 horas*

Acesse:
<https://contas.tcu.gov.br/>

CURSO

Gestão de Riscos em Contratações Públicas*Carga Horária: 20 horas*

Acesse:
<https://contas.tcu.gov.br/>

CURSO

Linguagem Simples: Redação Clara é Comunicação eficaz*Carga Horária: 12 horas*

Acesse:
<https://contas.tcu.gov.br/>

CURSO

PNPC - Mecanismo da Prevenção: Conhecendo a Gestão da Ética e da Integridade*Carga Horária: 12 horas*

Acesse:
<https://contas.tcu.gov.br/>

 **Invista no seu aprendizado e fortaleça sua atuação no serviço público!**